

V ENECULT

QUINTO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
27 a 29 de maio de 2009
Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil.

“METAMORFOSEADOS EM JORNALISTAS”: UMA HISTÓRIA DE INTERNOS DO PRESÍDIO EVARISTO DE MORAES

Flora Daemon¹

Resumo

O presente trabalho pretende fazer uma análise preliminar dos gestos de criação de um novo tipo de identidade dentro da prisão: os presos jornalistas. Para tanto, será cenário desse estudo a oficina de jornalismo, desenvolvida semanalmente no presídio Evaristo de Moraes, que contou, durante o primeiro semestre de 2008, com a participação de doze internos com origens diversas. Aparentemente, o que une esses homens é o desejo de criação de um jornal, justificado por meio de uma espécie de missão herdada.

Palavras-chave: imprensa carcerária; jornalismo; prisão; poder.

1. Os herdeiros

“Se ficar só um de nós escrevendo sobre um determinado assunto o cara vai ser o dono daquilo e nenhum outro ponto de vista vai aparecer. Daí, no futuro, vão ter que criar outro jornal só pra concorrer com essas idéias”.

O Evaristo de Moraes é o maior presídio² do estado do Rio de Janeiro no que se refere à quantidade de presos e opera no regime de *tranca dura*. Os internos que cumprem pena nesta unidade permanecem 24 horas por dia em suas celas, podendo sair somente durante a hora semanal de banho de sol ou quando recebem visitas. Atualmente, cerca de sessenta homens cohabitam as vinte e cinco celas distribuídas entre quatro galerias de um pavilhão construído originalmente para ser um galpão da Secretaria de Transportes e Obras do Estado do Rio de Janeiro.

Situado no bairro de São Cristóvão, zona norte do Rio de Janeiro, o presídio é conhecido no Sistema Penitenciário como Galpão da Quinta e, entre os internos, como “o patinho feio” das unidades penais. A alcunha é resultado de um extenso processo de sucateamento das prisões fluminenses, com especial atenção às destinadas aos presos que se encontram em situação de risco dentro do Sistema e que, por isso, solicitaram ao

¹ Jornalista e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense – UFF. E-mail: floradaemon@yahoo.com.br

² Cerca de 1400 homens cumprem pena atualmente no presídio Evaristo de Moraes.

Estado o *Seguro*.³ Em grande parte, estes internos foram condenados pelos chamados crimes contra a moral como estupro, atentado violento ao pudor e pedofilia. Há, ainda, aqueles que solicitam a proteção por se sentirem ameaçados por outros presos. Isso geralmente ocorre quando desejam deixar facções criminosas ou quando estiveram envolvidos em crimes que resultaram em morte de policiais.

E serão estas pessoas que darão início a um veículo de comunicação que pretende materializar as “vozes presas” num ambiente no qual as relações de poder invariavelmente transformam e reconfiguram não somente este dizer, como também os possíveis gestos de leitura. Neste sentido, pode-se pensar que num local onde a circulação de pessoas não é livre, a alternativa imediata à tal limitação é o estímulo ao movimento da informação. O dizer, então, passa a ocupar o lugar físico não alcançável pelos presos. Os presos do Galpão Quinta, incluindo os internos que participam da oficina, se encontram em situação de risco dentro do sistema. Ao contrário da maioria das unidades penais, no Evaristo de Moraes os internos não são reunidos a partir dos crimes cometidos, mas pelos grupos de afinidade que a todo instante surgem e são desfeitos numa rede de identificação e esquiva.

Maia, analisando identidades que independem de gestos de pertencimento e incorporação como nacionalidade e gênero, explica que a adesão “a algumas dessas categorias não é fruto de nossa escolha imediata, já que nessas não podemos entrar e sair, por atos de mera vontade individual” (2000, p. 51). É possível então fazer um paralelo com a situação dos presos que, sentenciados como *indigitados*⁴, não podem optar pelo seu enquadramento ou não na identidade (ou o papel, como nos explica Castells) dos condenados: “quer gostemos ou não, algumas categorias nos conferem identidade através de um quadro de representações sociais mais ou menos consolidadas, independentemente de nosso ponto de vista” (*idem, ibidem*).

Mesmo não podendo desvincular-se da sua condição de preso em circunstâncias como estas, cabe ao “interno jornalista” o ofício de produzir um veículo que, assim como os outros do universo extramuros, e assim como ele os percebe, deve possuir uma linha editorial que estabeleça alguns critérios de valoração e identidade. Contudo, não se pode deixar de considerar que, homogeneizados, os internos que reproduzem e

³ Presos que se sentem ameaçados e correm risco de morte dentro do Sistema Penitenciário têm o direito de solicitar uma proteção maior do Estado. Geralmente internos que solicitaram o chamado *requerimento 001* são agrupados em um mesmo presídio não importando, assim, as facções rivais e os crimes cometidos. Em teoria, todos os “presos seguros” têm algo a mais a temer.

⁴ Expressão bastante utilizada por juízes na proclamação da sentença para designar os réus.

reinventam o fazer jornalístico estão inseridos no contexto prisional que pretende fazer crer que há um poder central que extingue as demais possibilidades de potência. E será Foucault quem alertará que são justamente essas circunstâncias que alimentam os embates e correlações de forças, pois “onde há poder há resistência e, no entanto, esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (1997, p. 91).

O rol dos culpados, expressão utilizada pelos magistrados para condenar o réu, é a primeira a confirmar a idéia de que a restrição local já sentencia: “cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar um indivíduo”. (FOUCAULT, 1987, p. 123). Nesse contexto distinguem-se (e reúnem-se) também os homossexuais, os travestis, os membros de facções, os esportistas, dependentes químicos, religiosos, entre outros.

As celas se encarregam da estipulação do convívio: são cubículos habitados por várias pessoas que dividem também espaço nas galerias: “a disciplina às vezes exige a *cerca*, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo” (*idem, ibidem*, p. 122). Por meio delas é determinada a convivência a partir da definição dos dias de banho de sol e de visita. Douglas (*apud* Woodward) nos lembra que estes registros, “têm seu próprio significado e se existem hábitos que marcam a identidade de um dia particular, essas observâncias regulares têm efeito de ritual” (2000, p. 47).

Mas um grupo, em especial, chama a atenção: os faxinas⁵ que trabalham nas unidades penais. De acordo com Varella, estas figuras são “a espinha dorsal da cadeia” (1999, p. 99). Elas transitam entre os olhares dos guardas e dos outros encarcerados. Fazer parte deste seleto quadro significa estar exposto à desconfiança de alguns agentes penitenciários que enxergam o faxina como mais um preso a vigiar, e à estranheza de outros internos que diferentemente deles, não podem circular na unidade, se dirigir aos chefes de setor e remir pena⁶. No Evaristo de Moares, a maior parte dos faxinas da escola, local onde estão inseridos projetos como o jornal, é evangélica.

É bastante comum na cadeia, sobretudo quando se trata de crimes violentos, com exposição midiática por ocasião da prisão dos supostos réus, a conversão religiosa dos novos internos. Aparentemente todas as unidades⁷ contam com igrejas e congregações

⁵ Apelido dado aos internos que trabalham nas unidades penais, independentemente das funções que desempenhem.

⁶ A cada de três dias de trabalho, os faxinas têm um dia de pena remido.

⁷ Em 2004, já se contava 98 instituições religiosas credenciadas para trabalho no Sistema Penitenciário carioca. (FONTE: ISER)

variadas, com destaque para a abrangência do trabalho da Pastoral Carcerária, da Igreja Católica, da Igreja Universal do Reino de Deus, da Igreja Batista e do grupo Kardecista.

“Além do possível conforto espiritual transmitido pelas diferentes religiões dentro do universo carcerário, não há dúvida de que elas representam uma razão legítima de aglutinação interna, de proteção para os indivíduos, além de representar como que uma “terceira via” em face à dinâmica das facções. Neste sentido, algumas organizações religiosas estruturadas internamente às prisões têm apresentado uma estrutura de adesão, de compromissos e lealdades a códigos de comportamento, e de submissão a penalidades, extremamente rigorosas, que as aproximam das demais ‘sociedades dos cativos’”. (QUIROGA, 2005: 20)

Velho irá ressaltar que a simultaneidade de valores diversos na existência do indivíduo é uma das principais características da vida moderna. Nesse sentido, ele explica que “a adesão vigorosa e militante a uma ordem de valores, religiosa ou não, é uma alternativa possível, dentro de uma trajetória de vida, podendo ser provisória ou definitiva”. (1999, p. 98). Este é o caso do interno Mestre, primeiro idealizador do periódico. Assim como ele, a maioria dos presos que desenvolve atualmente o jornal é evangélica. A equipe é composta por doze homens: seis evangélicos, três católicos, um espírita e dois declaradamente sem religião.

Desde o primeiro dia de oficina, as atividades são abertas com uma espécie de ritual de oração realizado entre todos os presentes, cristãos ou não que, de mãos dadas, cabeça baixa e olhos cerrados, proclamam ou minimamente autorizam uma prece em seu nome. Tal gesto invoca, como explica Woodward (*Op. Cit.*), o direito baseado na idéia de antecedentes históricos que legitimam gestos atuais por meio da construção de um passado autêntico. Vale ressaltar que, a definição sobre quem será o responsável pelo discurso religioso que precede as oficinas é sempre feita pelo mesmo interno evangélico, faxina da escola e chefe de redação do jornal. Monteiro (*apud* Maia, 2000, p.51) explica que “o modo pelo qual as pessoas se atribuem identificações e auto-designações está ligado a um tipo particular de consciência de si que se constitui diante de representação e dos interesses de outros na cena social”.

Assim, mesmo que nem todos participantes do periódico concordem com tal prática⁸, o referido grupo se estrutura como uma espécie de microcosmo do Evaristo de Moraes. Não há estímulo à desavença entre os internos, pois, nunca se sabe com quem se está lidando, sobretudo em uma cadeia de *Seguro*. Sarlo (2003) lembrará do caráter

⁸ Um dos internos participantes da oficina comentou, após a reunião, que não concorda com as orações, pois “obriga a todo mundo a fazer algo que às vezes não sentido para todos”.

inabordável do passado que, certamente, intensifica e pauta os gestos e atitudes dos atores envolvidos. A figura do outro generalizado, representante eventual do risco, é baseada naquilo que este foi e, por esse motivo pode, a qualquer momento, voltar a ser. “Ele [o passado] continua ali, longe e perto, espreitando o presente como a lembrança que irrompe no momento em que menos se espera ou como a nuvem insidiosa que ronda o fato do qual não se quer ou não se pode lembrar”. (*Idem, Ibidem*, p. 09)

A disputa de forças, num cenário no qual as relações operam em situação limite, se estrutura nos exercícios dos papéis muito mais do que no complexo conceito de identidade. De acordo com Castells (1999), esta última dá conta da organização das funções enquanto os papéis são responsáveis pela organização dos significados. O sociólogo explica que

“essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social. Isso porque é necessário estabelecer a distinção entre a identidade e o que tradicionalmente os sociólogos têm chamado de papéis, e conjuntos de papéis”. (CASTELLS, 1999, p. 22-23).

Gagnebin complementa a idéia atentando para a questão de que “a verdade do passado remete mais a uma ética da ação presente que a uma problemática da adequação entre ‘palavras’ e ‘fatos’” (2006, p. 39). Pode-se propor então que, ainda que se creia na transformação do indivíduo, projeção essencial à idéia de ressocialização, a iminência do risco invoca a consciência do gesto presente a partir de uma conduta passada, como se a identidade tivesse para o outro um sentido mais fixo e irrevogável e, por isso, menos “ressocializável” do que para aquele que, mesmo que também condenado, ainda observa e julga.

Conforme já foi comentado, a predominância dos evangélicos na equipe que compõe o jornal gera incômodos nos demais membros do grupo. O enfrentamento, porém, não é explícito. Um deles ocorreu durante um exercício promovido a respeito de pautas polêmicas⁹. A proposta era debater um assunto que gerasse controvérsia e sua possível cobertura no jornal. Imediatamente um dos internos que se declarou sem religião sugeriu o tema *aborto* que, segundo ele, “colocaria fogo na discussão entre os evangélicos e católicos”. Aparentemente, mesmo que os kardecistas sejam oficialmente contra a prática do aborto, o embate, naquele momento, era direcionado às religiões mais fortes dentro do grupo.

⁹ A idéia do exercício era refletir sobre o tratamento de assuntos polêmicos no jornal que, a princípio, não deveria contar com apenas “um lado da história”.

A respeito do trabalho da memória que opera a partir da prática reflexiva e projeta por meio da antecipação, Wagner (*apud* Velho, *op. cit.*, p. 103) explica que “a ação deliberada resulta de planejamento, do estabelecimento de um objeto e de imaginá-lo sendo realizado, e ainda da intenção de realizá-lo, independente do plano de ser vago ou existir como *projeto* detalhado passo a passo”. A esse respeito, Velho (*idem*) lembrará que ainda que possua um caráter clandestino, o projeto pressupõe, de antemão, a interlocução, a reação do *Outro* por meio de um elemento chave: a negociação.

Nesse sentido, propõe-se pensar que a identidade, sempre relacional, pode ser constituída a partir de três eixos como sugere Castells (*Op. Cit.*): *legitimação*, *resistência* e *projeto*¹⁰. As duas últimas, não antagônicas, refletem claramente a multiplicidade de posições ocupadas pelos atores, neste caso, os presos. O sociólogo esclarece que na identidade de resistência atuam os indivíduos que são estigmatizados ou desvalorizados e que, por esse motivo, constroem “trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade”. (*idem, ibidem*, p. 24). Pode-se pensar então que os internos conseguem ao mesmo tempo atuar nas duas frentes identitárias resistindo e operando projetos como uma “nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda estrutura social” (*idem, ibidem*).

Se for possível integrar as referidas operações, será razoável pensar que o gesto de se deslocar para o lugar social e simbólico do jornalista na prisão, mais do que uma estratégia de defesa, se torna uma opção consciente que pretende evitar o silenciamento ao mesmo tempo em que almeja uma distinção por meio da visibilidade. Pois, de acordo com um dos presos já se viu “comerciante, professor, padre e bandido ser torturado. Jornalista não pode. Quando é, todo mundo grita e acha absurdo! Jornalista não se censura ou tortura!”¹¹ Pode-se então pensar que esses indivíduos-sujeitos, como descreveu Velho (1999), são realmente capazes de formular projetos que, de forma direta se consolidam e resumem com uma frase: “é por isso que aqui, no presídio, eu também quero ser jornalista”.

Ao que parece, a decisão de dedicar-se à elaboração de um jornal no presídio – desde a definição de pautas e ilustrações, confecção de textos até a diagramação – pode

¹⁰ Nesta reflexão optou-se por trabalhar especialmente com as duas últimas uma vez que a primeira, legitimadora, é operada pelas instituições dominantes, tal como as unidades penais, e o objeto dessa monografia é a construção identitária por parte dos internos, mesmo que num cenário que oficialmente possui um poder central.

¹¹ Colocação feita por um dos internos do presídio Evaristo de Moraes sobre as reportagens que faziam referência ao seqüestro e tortura dos jornalistas na favela do Batam, em maio de 2008.

dar pistas sobre o reconhecimento da ferramenta enquanto um importante instrumento de fundação de poder, sobretudo quando se tem clareza de que a melhor solução para a interdição dos passos é o estímulo ao movimento da informação.

2. O crachá

“É importante mostramos que não somos completamente burros, que não somos jornalistas de quinta categoria”.

No primeiro dia de oficina, um interno apresentou, orgulhoso, um elemento-chave na construção da identidade jornalística no cárcere: “o crachá de jornalista nos permite andar pelo presídio, caminhar pelas galerias, entrevistar as pessoas e saber das coisas que acontecem na cadeia. Sem ele a gente tem que passar o dia na cela com mais cinquenta cabeças”. Outro interno, a respeito da explicação de seu colega, acrescenta que com o crachá é possível *até* olhar pro guarda ou pro chefe da segurança e dizer: “Boa tarde, senhor. Eu gostaria de te fazer umas perguntas...”. O comentário é seguido de uma risada coletiva. Esse *crachá-senha* que define um lugar simbólico diferenciado reitera, por sua vez, a posição do condenado que exerce o jornalismo no cárcere como uma figura a quem se deve dispensar ainda mais atenção e vigília. Em outras palavras, querer visibilidade, alcançando ou não este propósito, significa estar ainda mais exposto ao “poder central” da prisão que, por princípio, pretende justificar sua existência por meio da (re)afirmação da necessidade da punição e, por isso, do encarceramento dos castigáveis.

Os internos jornalistas, porém, acabam por verificar que a postura mais segura diante de tais armadilhas será a de adaptar-se a partir do princípio da conversão, como observou Goffman. Dentre quatro possibilidades de auto-enquadramento estabelecidas pelo sociólogo, uma delas parece ser a mais adequada diante de um projeto audacioso como o de elaboração de um jornal em uma unidade penal: aquela em que o preso parece oficialmente aceitar e colaborar com as regras institucionalizantes com fins outros: tentar “representar o papel de internado perfeito. O convertido aceita uma tática mais disciplinada, moralista e monocromática, apresentando-se como alguém cujo entusiasmo pela instituição está sempre à disposição da equipe dirigente” (1987, p. 61) ou, com descreveria Certeau (1994), é a arte do fraco que “opera golpe por golpe, lance

por lance. (...) Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. (...) É a astúcia” (1994, p. 100).

Nesse sentido, é pode-se pensar que ao mesmo tempo em que escolher o jornal como instrumento de materialização de poder significa aproximar-se de características conferidas aos profissionais de imprensa, tais como a verdade, confiança e credibilidade, *estar* jornalista pode querer demonstrar também um gesto de aproximação da liberdade e, portanto, de distanciamento dos demais presos. Assim, fundar um jornal, criar um espaço dialógico entre os presos, significa remontar um projeto de visibilidade de pessoas fisicamente distantes de conexões com o humano, com o passional e o recuperável. E este passado que, segundo Pollak, permanece mudo “é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação” (1988, p.13).

A hipótese do presente estudo é que o trabalho de construção identitária a partir de uma interpretação sobre o que significa ser jornalista se estrutura em um projeto maior que extravasa a pretensão de se deslocar hierarquicamente dos demais presos, por meio da promoção da visibilidade. Nossa idéia é que ao associarem-se conscientemente ao projeto, os internos não jornalistas que, a rigor não colheriam frutos com tal publicação, ao contrário, negociam, como nos lembra Velho, com os *fazedores de mídia no cárcere* com o intuito de manter uma representatividade pública sobre o que é ou, pelo menos poderia ser, um preso do Evaristo de Moraes. Silva acrescentará que a *diferença* é um valor interdependente e deve ser compreendida “em sua relação com as afirmações sobre a identidade” (2000, p. 75).

Por entender essas negociações, é que o *preso jornalista* investirá na reconstrução de sua imagem através de um novo processo que incluirá a reinterpretção dos acontecimentos passados. A este respeito, Pollak estabelece uma estreita relação entre a memória e o sentimento de identidade: “a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (1992, p. 204). É o que Maia, ao estudar a identidade a partir do que chama de campo relacional que atua nas fronteiras, explica a respeito de sua construção simbólica:

“O modo pelo qual as pessoas se atribuem identificações e auto-designações está ligado a um tipo particular de consciência de si que se constitui diante de representação e dos interesses de outros na cena social. E é isso, inclusive, que legitima, a partir do uso simbólico de bens culturais, num dado ambiente de oportunidades e

constrangimentos, a formulação de reivindicações de direitos coletivos”. (MAIA, 2000, p. 51-52).

Na fala do interno que abriu a discussão a respeito do crachá, outro elemento, bastante contundente, chama atenção. Quando argumenta que o documento que exhibe no peito o ajudará a sair da cela que compartilha com mais de cinquenta pessoas, é pertinente pensar a respeito da necessidade de circulação, tanto dos indivíduos quanto das informações. Conhecido como *tranca*, o regime adotado pelo presídio Evaristo de Moares estabelece que o interno só deixe a cela coletiva, durante todo cumprimento de sua pena, para ir ao Fórum, ao Serviço Social, Enfermaria e tomar banhos de sol em horários pré-estabelecidos. Vale ressaltar que para deslocar-se para os referidos lugares é necessário, ainda, a autorização do requisitante por meio de um documento interno conhecido como *senha*. Dessa forma, é possível pensar que o gesto de criação de um jornal por um grupo de internos em um presídio extremamente disciplinado, pode ser interpretado como a reinvenção da *senha de saída*, justificada através do argumento de inserção em atividades laborais e ressocializadoras.

Esse *crachá-senha* que define um lugar simbólico diferenciado reitera, por sua vez, a posição do condenado que exerce o jornalismo no cárcere como uma figura a quem se deve dispensar ainda mais atenção e vigília. Ainda que próximos de um projeto de visibilidade, sobretudo da humanização de seres inaptos ao convívio, “nas instituições totais, as esferas da vida são integradas de forma que a conduta do internado numa área de atividade é lançada contra ele, pela equipe dirigente, como verificação de sua conduta em outro contexto” (Goffman, p. 41). Em outras palavras, querer visibilidade, alcançando ou não este propósito, significa estar ainda mais exposto ao “poder central” da prisão que, por princípio, pretende justificar sua existência por meio da (re)afirmação da necessidade da punição e, por isso, do encarceramento dos castigáveis.

Esta reflexão, por sua vez, se encerra com um comentário de um interno que, ao contrário do que se poderia supor, situa a identidade do jornalista, algo que mesmo no universo extramuros ainda é uma discussão bastante incômoda e controversa, a partir da sua identidade de preso, não ao contrário: “não sei por que tanta preocupação com essa coisa de ser imparcial. Eu entendo que o jornalista julgue, que ele tenha opinião.

Talvez a gente até se pareça mais do que eles gostariam: somos espertos, sagazes e manipulamos a verdade. A diferença é que nós estamos presos”¹².

Talvez, o que estejamos mesmo observando de perto seja essa capacidade que alguns membros de uma comunidade, como descreve Maia, devem possuir: “estabelecer uma interlocução com o material divulgado pela mídia e, se necessário, modificar a qualidade do material mediático, de modo a reorganizar a informação ou a representação, bem como mobilizar uma atividade comunicativa ao seu redor” (2000, p. 55). É o que de fato parece que está acontecendo: eles estão contando a sua história, de contradições, de interesses, intrigas e gestos humanamente complexos.

REFERÊNCIAS:

CASTELLS, Manuel. “A era da informação: Economia, sociedade e cultura”. In: O poder da Identidade. Vol. 2, São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: I. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva: 1987.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAIA, Rousiley. “Identidades coletivas: negociando novos sentidos, politizando as diferenças”. In: *Contracampo* – revista da Pós-Graduação em Comunicação da UFF. Niterói, UFF, nº5, p. 2000, p. 47-66.

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. In: *Revista Estudos Históricos*, 10, 1992.

¹² Frase de um dos internos no terceiro dia de oficina no Presídio Evaristo de Moraes.

_____. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: Estudos Históricos 3. São Paulo: Vértice, 1988.

QUIROGA, Ana Maria. *Presença Religiosa no Sistema Carcerário do Rio de Janeiro: Números e significados*. Comunicações do ISER, Rio de Janeiro, v. 61, n. 61, p. 13-21, 2005.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte, UFMG, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. “A produção social da identidade e da diferença”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, Thomaz (org.). *Identidade e diferença*. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 7-72.

VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999..

VASCONCELOS, Ana Silvia Furtado. *A Saúde sob Custódia: um estudo sobre Agentes de Segurança Penitenciária no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado – FIOCRUZ, ENSP – CESTEJ, 2000.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.